CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC) DO GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL) GAL RURAL – DESTEQUE - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA TERRA QUENTE

Considerando que:

i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.

ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.

iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.

iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

v. Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do

estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multissetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).

vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).

viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL Rural – DESTEQUE - Associação de Desenvolvimento da Terra Quente foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, neste ato representada pelo Presidente da Comissão Diretiva, Emídio Gomes, nos termos previstos no n.º 2 do mapa VI da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro, publicada no Diário da república, 1.ª Série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014 e no Despacho

n.º 10583/2013, de 14 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

E o,

Grupo de Ação Local Rural – GAL DESTEQUE (DESTEQUE) neste ato representado pela Associação de Desenvolvimento da Terra Quente – DESTEQUE, que outorga na qualidade de Entidade Gestora, pessoa coletiva nº 503022934, com sede na Rua Calouste Gulbenkian, 5370 Mirandela, neste ato representada por Manuel Duarte Fernandes Moreno, na qualidade de Presidente da Direção e por José Luis Correia, na qualidade de Vice-Presidente da Direção;

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores apoiam a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos do Anexo 1, acordada com a DESTEQUE, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar no território constante do Anexo 2.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global de Fundo que totaliza 5.148.061,39 euros.
2. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 3.003.560,39 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 3.

3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 assegura um apoio de 804.188,00 euros FEDER e de 1.340.313,00 euros FSE, que totalizam um montante de 2.144.501,00 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas tipologias de ação das prioridades de investimento previstas no Anexo 3.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A DESTEQUE compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos Programas financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas, previstas no Anexo 3.
2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.
3. A DESTEQUE, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos Programas financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, a DESTEQUE compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas financiadores e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato ou no protocolo de articulação funcional referidos na cláusula seguinte.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do contrato

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da DESTEQUE, serão objeto de adenda ao presente contrato ou de protocolo de articulação funcional, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores.
2. No caso da delegação de competências enquanto organismo intermédio pela Autoridade de Gestão do Norte 2020, ocorrerá na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
3. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes anexos:

Anexo 1: EDL aprovada pela Comissão de Avaliação.

Anexo 2: Território de intervenção.

Anexo 3: Quadro de financiamento por Fundo e Prioridade de Investimento/ Medida e Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

Ponte de Sor, em 27 de janeiro de 2016

Feito em triplicado, o presente Contrato é assinado pelas partes valendo estes exemplares como originais.

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020

Emídio Gomes

O Grupo de Ação Local Rural - GAL DESTEQUE - Associação de Desenvolvimento da Terra Quente

Presidente da Direção

Manuel Duarte Fernandes Moreno

Vice-Presidente da Direção

José Luis Correia

ANEXO 1

PORTUGAL 2020

AD&C Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-075

Caracterização do Promotor

Aviso

Código

DLBC-99-2015-02

Designação

DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF

503022934

Nome ou Designação Social

DESTEQUE-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA TERRA QUENTE

Morada (Sede Social)

R CALOUSTE GULBENKIAN

Código Postal

5370-000

Localidade

MIRANDELA

NUT III

Terras de Trás-os-Montes

NUT II

Norte

Telefone

278201470

E-mail

geral@desteque.pt

Telefax

URL

Tipologia de Beneficiário

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Maria Aurora Gomes Ribeiro

Cargo Responsável

Coordenadora

Serviço/Departamento

GAL

Telefone Responsável

278201470

Telemóvel Responsável

912544179

Email Responsável

auroraribeiro@desteque.pt

Email Alternativo

geral@desteque.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento
[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quandros anteriores, incluíndo os resultados alcançados]

O GAL DESTEQUE tem 24 anos de experiência no apoio ao desenvolvimento do território da TQT nomeadamente nos domínios da gestão de instrumentos financeiros, da implementação de programas, da promoção de projetos, da informação e animação de dinâmicas locais. Tem experiência acumulada de trabalho em rede, em parcerias formais e informais e em projetos de cooperação interterritoriais e transnacionais. O GAL foi organismo intermédio de gestão nas edições do programa LEADER (I, II e +) e do SP3 PRODER; elaborou e implementou os PGI dos Centros Rurais Macedo-Mirandela e Vilariça; elaborou e executou os Planos de Intervenção dos Cortiços, Carrapatas, Grijó, Fontelonga, Franco, Valtorno e Vilares da Vilariça no âmbito da medida 7.1 do AGRIS.
Em cooperação implementou projetos interterritoriais: Qualificação do Turismo Ativo, Aldeias de Portugal, Portugal Rural, Prove e transnacionais: RuralAqua e Territoria Ordinum.
Em articulação com atores do TI participou no exterior em ações promocionais na BTL, Feira Nacional de Agricultura, SIAL, SlowFood, 1st European Market, Feira de Turismo de Berlim-ITB, RoadShow WorldAdventura12, Cycling and Walking Faim Amsterdam12.
É coproprietária de marca turística "Try Nordeste In" plataforma de gestão de destino turístico, e dinamiza com os municípios uma aplicação de acolhimento e informação a turistas "WellComeGuides". Realizou, em parceria com a CORANE, o evento mundial SMART TRAVEL'14.
Trabalha em rede com os Gabinetes de empreendedorismo dos municípios, na Banca Interna de empreendedorismo (Premio EDP sustentável na Barragem do Sabor e Tua), é parceira da Rede Glocal – empresas locais orientação global.

No que respeita à capacidade de implementação da contratualização de fundos comunitários relevam-se os aspetos seguintes:
- Investimento total no território
A performance do GAL no que refere aos fundos de financiamento (privados, nacionais e comunitários) ultrapassou os montantes inicialmente programados, conforme pode ser confirmado no gráfico 1.
• O Plano de Ação Local LEADER I (1º QCA 1991/1995) apresenta uma taxa de realização de 112% do total previsto e programado para este período.
• O Plano de Ação Local LEADER II (2º QCA 1995/1999) apresenta uma taxa de realização de 104%.

• O Plano de Desenvolvimento Local LEADER + (3º QCA 2000/2006) apresenta uma taxa de realização de 100%.
• E a Estratégia Local de Desenvolvimento SP3 – Eixo LEADER (PRODER, QCA 2007/2013) apresenta uma taxa de realização de 106%.

- Financiamento público no território
A mobilização de investimento e a aplicação dos fundos comunitários no território do GAL também foi substancialmente superior aos montantes inicialmente programados.
• O PAL LEADER I (FSE/FEDER/FEOGA) apresenta uma taxa de aplicação dos fundos de 105% do total de financiamento previsto e programado. Esta taxa é resultante da atribuição de reserva de eficiência porque o território do GAL DESTEQUE cumpriu os critérios de atribuição definidos pela tutela. Neste período, a taxa média de apoio da despesa pública ao território previa um financiamento médio de 64% e desceu para 61%, devido ao aumento da comparticipação privada dos promotores de projetos.
• O PAL LEADER II (FSE/FEDER/FEOGA) apresenta uma taxa de aplicação dos fundos de 102%. Esta taxa resulta da atribuição de overbooking pela tutela. Neste período, a taxa média de apoio da despesa pública ao território previa um financiamento médio de 65% e desceu para 64%, devido ao aumento da comparticipação privada dos promotores de projetos.
• O PDL LEADER + (FEOGA-O/MADRP) apresenta uma taxa de aplicação dos fundos de 97%. Esta taxa é resultante do défice de execução da Submedida de formação profissional que apresentava um vazio legal na regulamentação desta área de atuação. Neste período, a taxa média de apoio da despesa pública ao território previa um financiamento médio de 68% e desceu para 66%, devido ao aumento do investimento privado dos promotores de projetos.
• E finalmente a ELD SP3 – Eixo LEADER (FEADER) apresenta uma taxa de aplicação dos fundos de 128%. Esta taxa resulta da atribuição de overbooking e de reserva de eficiência porque o território cumpriu os critérios de atribuição definidos pela tutela. Neste período, a taxa média de apoio da despesa pública ao território previa um financiamento médio de 55% e subiu para 66%, devido à atribuição de majoração do financiamento pelo estimulo ao emprego.

- Número de projetos e criação de emprego
A criação de emprego no território do GAL DESTEQUE nos 4 períodos de programação acompanhou a evolução dos indicadores financeiros. No total foram apoiados 555 projetos conforme o gráfico 3, e foram criados 622 PT, conforme o gráfico 5.
A evolução do financiamento CE/nacional atribuído por projeto e por PT apresenta um aumento constante e gradual, destacando-se no último quadro de programação um acentuado acréscimo que duplica o montante médio de financiamento por projeto.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
501081500	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MIRANDELA	28/11/1975	01/04/1998	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
507621824	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE MEL DA TERRA QUENTE E FRUTOS SECOS CRL	07/03/2006	08/03/2006	01610	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
506697339	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS		25/04/1976	84113	Autarquias Locais
506881784	MUNICÍPIO DE MIRANDELA	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
502637641	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CAPRINICULTORES DA RAÇA SERRANA	29/05/1990	29/05/1990	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)

503740217	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO BARTOLOMEU DE VILA FLOR	31/10/1996	31/10/1996	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
600013758	INSTITUTO POLITECNICO DE BRAGANÇA	26/12/1979	29/12/1982	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
508252369	COOPERATIVA SOUTO OS CAVALEIROS	06/09/2007	03/10/2007	1252	COOPERATIVA
503905259	COMISSÃO VITIVINÍCOLA REGIONAL DE TRÁS-OS-MONTES	02/10/1997	02/10/1997	94110	ORGANIZAÇÃO INTERPROFISSIONAL
506408809	AFLOCAF - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO CONCELHO DE ALFANDEGA DA FÉ	30/01/2003	30/01/2003	94995	ASSOCIAÇÃO FLORESTAL
502134615	AOTAD - ASSOCIAÇÃO DOS OLIVICULTORES DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	17/11/1988	17/11/1988	94995	ASSOCIAÇÃO DE OLIVICULTORES
506647498	MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ		31/10/2009	84113	AUTARQUIAS LOCAIS
506666018	MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES			84113	AUTARQUIAS LOCAIS
502481579	AICAF - ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ALFANDEGA DA FÉ	10/07/1990		94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
506385965	ASSOCIAÇÃO TERRAS QUENTES - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS	20/12/2002		94992	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
507378440	SILVIDOURO - ASSOCIAÇÃO AGRO-FLORESTAL		07/02/2007	94995	ASSOCIAÇÃO FLORESTAL
510577334	ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES DO VALE DA VILARIÇA (OPVV), LDA.		22/02/2013	01630	SOCIEDADE POR QUOTAS

502257857	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS	14/07/1988	14/06/1993	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500794146	ARA - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA ALFANDEGUENSE	02/02/1978	02/07/1978	93120	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502107243	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE VILA FLOR	06/01/1982	06/01/1982	90020	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502839619	FRUCAR - COMERCIO DE FRUTAS, LDA.		23/07/1992	46311	AGRUPAMENTO DE PRODUTORES - SOCIEDADE QUOTAS
500075069	COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ALFANDEGA DA FÉ	19/11/1984	03/10/1963	01500	COOPERATIVA
503154059	FATA - FEDERAÇÃO DE AGRICULTORES DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO			94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
505801108	GRUPO DE CARETOS DE PODENCE	01/01/1985	01/01/1985	94991	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
506696464	MUNICÍPIO DE VILA FLOR			84113	AUTARQUIAS LOCAIS
504998153	COOPERATIVA AGRICOLA DOS OLIVICULTORES DE VILA FLOR E ANSIÃES, COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	30/12/1998	30/12/1988	01630	COOPERATIVA
507933664	GCER - GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DA CASA DO POVO DE MACEDO DE CAVALEIROS			90010	Associação empresarial (sem fins lucrativos)

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Terras de Trás-os-Montes

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Douro	Carrazeda de Ansiães		18,00%
Norte	Terras de Trás-os-Montes	Alfândega da Fé		16,00%
Norte	Terras de Trás-os-Montes	Macedo de Cavaleiros		24,00%
Norte	Terras de Trás-os-Montes	Mirandela		25,00%
Norte	Terras de Trás-os-Montes	Vila Flor		17,00%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

CARATERIZAÇÃO FÍSICA E SOCIOECONÓMICA DO TERRITÓRIO

População e dinâmicas demográficas
A população residente na Terra Quente Transmontana (TQT), de acordo com os censos de2011, é de 57 800 habitantes, que se distribuem pela área territorial de 2 225,11 Km2, a que corresponde uma densidade populacional de cerca 26 hab/Km2, em linha com o valor registado na NUT III de Alto Trás-os-Montes (25 hab/km2) e claramente abaixo do valor registado para a NUT III Douro (50 hab/Km2) e, sobretudo, da NUT II da Região do Norte (173 hab/km2).
A população da TQT está concentrada nos municípios de Mirandela (41%) e de Macedo de Cavaleiros (27%), os três restantes municípios têm uma população residente claramente inferior, possuindo, cada um deles, entre 9% e 11% da população total.
No período compreendido entre 2001 e 2011 a TQT perdeu cerca de 7000 habitantes (10,78%), valor que supera a descida registada na NUT III Alto Trás-os-Montes (8,49%) e se afasta do crescimento marginal registado na NUT II (mais 0,06%). Esta dinâmica resulta do efeito conjugado de dois fatores - a diminuição da taxa de natalidade e os movimentos migratórios.

O envelhecimento da população é outra tendência marcante da evolução demográfica da TQT ao longo da última década, o que pode ser globalmente verificado quer pela acentuada diminuição da população pertencente aos grupos etários mais jovens, dos 10 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos, quer pelo crescimento do grupo etário com mais de 65 anos (com exceção de Carrazeda de Ansiães em que a diminuição de população é transversal a todos os escalões etários). Estas mesmas dinâmicas estão refletidas no aumento dos índices de dependência, especialmente do índice de dependência de idosos.

De destacar também o comportamento do escalão etário dos 25-64 anos, aquele que engloba grande parte da população em idade ativa, todos os concelhos registaram uma diminuição de população, o que reflete a dificuldade do território em fixar a população que se encontra em melhores condições para produzir.

De relevar, ainda, nesta síntese analítica, para a evolução da escolarização da população da TQT verificada entre 2001 e 2011. Neste período registou-se uma diminuição significativa da população "sem nível de escolaridade" acompanhando a mesma tendência verificada a nível regional. No que respeita à população com ensino superior destaque para a dinâmica de crescimento registada pelos concelhos da TQT que, nalguns casos, mais que duplicaram os valores registados em 2001.

A taxa de atividade dos concelhos da TQT é relativamente baixa, em qualquer dos casos abaixo da registada na Região do Norte (47,6%).

Recursos Naturais
A TQT apresenta uma grande diversidade ambiental e paisagística de rara beleza, com destaque para os vales do Sabor, do Tua e da Albufeira do Azibo e conta com um conjunto de áreas classificadas pertencentes à rede Nacional de Áreas Protegidas, como a Albufeira do Azibo e os Parques Regionais Naturais do Tua e do Baixo Sabor ainda um conjunto de sítios classificados no âmbito da Rede Natura 2000 (Sítios de Interesse

Comunitário-SIC, de Morais e do Romeu). Uma parte do concelho de Carrazeda de Ansiães integra o Douro Património da Humanidade, classificado pela UNESCO em 2001, em reconhecimento do caráter único e excecional do território e da paisagem trabalhada pelo homem.
Existem 42 geo-sítios identificados que integram o Geopark Terras de Cavaleiros, em Macedo de Cavaleiros.
Esta realidade consuma-se não só como uma oportunidade, mas também como uma exigência.
A adoção de boas práticas, a exigência e o compromisso em favor da qualificação do ambiente são os pilares para a construção de um futuro mais sustentável.

Atividade Económica e Emprego
O setor terciário é o setor económico mais importante da Terra Quente Transmontana (TQT), cerca de 66,5% da população economicamente ativa exerce atividade neste setor. Este valor supera o registado para a NUT II Região do Norte (61,1%), está em linha com o verificado na NUT III Douro e abaixo da NUT III Alto Trás-os-Montes (68,9%). O setor terciário da TQT é, maioritariamente, de natureza social. De acordo com o mesmo indicador, o setor secundário tem uma expressão reduzida na TQT (19,1% da população economicamente ativa), valor que está claramente abaixo do registado para a NUT II Região do Norte (35,5%). Finalmente, destaque para o peso relativo do setor primário na TQT, que apresenta valores (14,4%) claramente acima dos verificados Na NUT II (2,9%) e Na NUT III Alto Trás-os-Montes (11,3%).

A análise do Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas por atividade económica, em2012, confirma a importância das atividades económicas do setor terciário, sendo estas as que mais contribuem para a geração de valor acrescentado na TQT (45,5%). O setor secundário ocupa a segunda posição com 22,9%, e por último o setor primário representa 10%.

Na perspetiva dinâmica, entre 2008 e 2012, releva-se na TQT o aumento do número de empresas na atividade económica "Agricultura e pescas" e a diminuição registada nas atividades da "Indústria transformadora", "Construção", "Comércio por grosso e a retalho" e "alojamento, restauração e similares", em linha com as dinâmicas já apresentadas a propósito da variação do VAB. Este reforço da atividade "Agricultura" no período considerado, refletirá uma resposta à situação de crise económica e social registada no País e na região que terá levado pessoas a "voltarem à terra", seja numa perspetiva de subsistência seja através de novos investimentos segundo modelos de organização empresarial no setor agrícola.

A estrutura e as dinâmicas verificadas no setor primário ao longo dos últimos anos merecem, pela relevância central que adquirem do ponto de vista das problemáticas de intervenção das DLBC rurais, alguns aprofundamentos que se passam de seguida a expor.
As explorações agrícolas na TQT são de pequena dimensão, cerca de 67% das explorações tinha, em 2009, menos de 5ha de área agrícola, valor superior ao verificado na NUT Alto Trás-os-Montes (59%). Ao contrário, as explorações com área agrícola superior a 20ha na TQT representavam, à data, apenas 5% do total das explorações, enquanto na NUT Alto Trás-os-Montes representavam 7% do total.
As principais fileiras que caraterizam o território de intervenção e que se inscrevem no âmbito da ação da DLBC rural são as seguintes: Floresta; Azeitona e azeite; Cogumelos de cultura; Hortofrutícolas; Frutos secos; Vinho; Alheira de Mirandela; Mel; Turismo em Espaço Rural.

Desemprego
O emprego é um dos principais problemas do território de intervenção. À semelhança das outras regiões rurais do País, o tecido produtivo da região tem sentido dificuldade em gerar novos empregos. O principal setor empregador - o terciário – apesar de um crescimento marginal em termos de emprego entre 2001 e 2011, confronta-se com um conjunto de condicionantes que decorrem da política de ajustamento orçamental, sobretudo no que respeita ao terciário de natureza social. O setor secundário tem reduzida expressão na região, o setor primário, apesar de registar perdas significativas de emprego no período 2001 a 2011, tem indiciado algumas dinâmicas pontuais protagonizadas, nomeadamente, por novos empreendedores que procuram a agricultura como resposta a situações de dificuldade no acesso ao emprego. A inversão da situação passará, naturalmente, por respostas locais assentes na capacidade de empreendimento na valorização dos ativos existentes, mas está, sobretudo, dependente da capacidade da região atrair investimento para o setor secundário com capacidade de geração de emprego em maior escala, contribuindo para a fixação e atração de população.

Em termos dinâmicos, entre 2009 e 2013, verificou-se um aumento de desempregados inscritos na TQT (46%) superior ao registado na Região do Norte para o mesmo período (36%). A análise do desemprego na TQT por género evidencia o maior peso do desemprego feminino, tendência que está em linha com o

registado na região do Norte, apenas o concelho de Vila Flor (17,9%) apresenta uma taxa de desemprego feminino superior à da Região (16,1%).

Quanto aos desempregados inscritos por escalão etário a situação relativa verificada na TQT é semelhante à registada na Região do Norte, em 2013 o grupo etário compreendido entre os 25 anos e os 54 anos de idade representava cerca de 67% na TQT e 68% na NUT II Região do Norte. Em termos dinâmicos, entre 2009 e 2013, o perfil de evolução do desemprego registado na TQT difere do registado na NUT II Região do Norte. A TQT apresenta um crescimento relativo mais forte de desemprego registado nos escalões etários menos de 25 anos (60%), 25 a 34 anos (51%) e 35 a 44 anos (64%) comparativamente à Região do Norte (33%, 32% e 39% respetivamente), que confirma a maior dificuldade relativa da população dos escalões etários mais jovens aceder ao emprego na TQT, relativamente ao que se verifica na Região.

Condições sociais na Terra Quente Transmontana
A insuficiente oferta de empregos na região leva as pessoas mais jovens e ativas a saírem debilitando decisivamente a rede de apoio familiar que deveria constituir a primeira resposta às necessidades da população mais idosa. De acordo com dados sobre os Censos de população sénior fornecidos pela GNR existiam, em 2014, cerca de 530 idosos na TQT a viver sozinhos. De acordo com os censos de 2011 cerca de 63% da população com mais de 65 anos de idade na TQT residia em alojamentos familiares constituídos exclusivamente por pessoas com mais de 65 anos.

Na TQT, em 2013, a população residente que vive com o apoio de pensões da SS e da CGA, beneficia de RSI ou de subsídios de desemprego corresponde a 26.076 beneficiários, o que evidencia a elevada dependência da população dos apoios públicos que, como é sabido, têm registado uma redução ao longo dos últimos anos. Têm sido desenvolvidas algumas respostas inovadoras, sobretudo de serviço domiciliário, que têm contribuído para minorar os problemas de isolamento e da falta de acessibilidade aos serviços sociais. Neste capítulo destacam-se os investimentos realizados pelas IPSS e Autarquias através dos incentivos disponibilizados pelo programa Proder/abordagem Leader.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- O potencial de iniciativa e de mercado que representam os 500 mil transmontanos emigrados
- O crescimento dos segmentos de mercado de turismo ambiental e cultural a nível internacional
- A contiguidade da TQT a outros territórios e destinos turísticos que já possuem visibilidade internacional
- A proximidade ao mercado espanhol
- A valorização, pelo mercado, de produtos genuínos e de qualidade
- A utilização crescente das tecnologias de informação e comunicação
- Procura de 2ª habitação
- Tendência de regresso à terra
- O desenvolvimento da biotecnologia aliada à agricultura

Principais Ameaças

- As alterações climáticas
- A desertificação e o empobrecimento dos solos
- As políticas de consolidação orçamental
- A concorrência de outros territórios
- Concorrência de produtos horto-frutícolas/azeite de Espanha
- A atração que as áreas mais dinâmicas do País e do estrangeiro exercem

Principais Pontos Fortes

Principais Pontos Fracos

- Grande diversidade ambiental e paisagística/ Áreas Protegidas
- Douro Património da Humanidade
- 42 Geossítios identificados - Geopark
- Vários produtos com menção de qualidade
- Elevado património rural e cultural
- Potencial cinegético
- Melhoria da formação de capital humano
- Presença de algumas fileiras de atividade económica nos setores florestal, agro-industrial, frutos secos e do turismo rural com potencial de crescimento
- Proximidade da UTAD e do IPB, e mão-de-obra qualificada
- As autarquias locais e as IPSS têm desenvolvido ações de respostas sociais
- Presença de escolas profissionais

- Dinâmicas demográficas regressivas e incapacidade de fixação de capital humano
- Insuficiente valorização e promoção do património natural e cultural
- Constrangimentos na valorização das cadeias de valor nas fileiras produtivas
- Escassa oferta de empregos
- População com necessidades crescentes de assistência

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

O desafio da demografia
O maior desafio que se coloca à TQT é o demográfico. Conforme o diagnóstico estratégico, a TQT continua a verificar um processo acentuado de perda de população. Esta dinâmica coloca em causa a sustentabilidade destes territórios. A fixação e atração de população para estas regiões são determinadas pela existência de atividades económicas e de emprego que permitam estancar e inverter o ciclo de saída.

O desafio da sustentabilidade dos territórios rurais, considerada na sua tripla dimensão – ambiental, social e económica
A sustentabilidade deste território pode ser alcançada através da operacionalização equilibrada e integrada dos três vetores da sustentabilidade - valorização dos potenciais locais através de um conjunto de atividades económicas geradoras de emprego e rendimento, contribuindo para a preservação e salvaguarda do património ambiental e cultural local e que permitam criar as condições de vida indispensáveis, no plano económico e social, para atrair e fixar população, novos investimentos e iniciativas.

O desafio da coesão
O desafio da coesão está associado a uma das dimensões da sustentabilidade. A situação tem-se agravado com o êxodo da população mais jovem e ativa das zonas rurais e isoladas. Do mesmo modo se coloca a questão da coesão territorial de forma a evitar o acentuar de desequilíbrios dentro do território de intervenção, as ações a apoiar no âmbito da estratégia deverão, tanto quanto possível, abranger a globalidade do território e tirar partido das complementaridades existentes entre os diferentes espaços.

O desafio da abertura ao exterior ou de como participar nas dinâmicas globais
Este desafio é um corolário dos anteriores. Para tal é importante enquadrar a animação das dinâmicas territoriais em visões construídas de fora para dentro no sentido de identificar as possibilidades de participação do território em nichos do mercado global, promovendo a sua atratividade e acessibilidade. Apostar no desenvolvimento do turismo digital, do comércio eletrónico, na promoção do território através das redes sociais.

O desafio da criação de capital humano
Apesar dos progressos registados na TQT em matéria de criação de capital humano nos últimos anos, persistem ainda carências importante em termos absolutos e comparativos, com o que se verifica na Região do Norte e no País. Não será possível responder aos desafios colocados nos pontos anteriores sem a presença de profissionais qualificados nas diferentes atividades socioeconómicas locais. A presença no território de instituições de ensino superior e de ensino profissional pode desempenhar um papel muito importante na produção de oferta formativa.

O desafio da criação de capital social e do reforço da capacidade institucional
A criação de um clima de confiança e de cooperação entre os atores locais é central nos processos de desenvolvimento endógeno. Esta dimensão é reconhecidamente insuficiente na região, nomeadamente nos campos do associativismo agrícola, do turismo, das dinâmicas empresariais, da promoção territorial. O reforço do capital social local persiste como um desafio importante enquanto condição indispensável à criação de condições para o desenvolvimento de projetos de maior envergadura e de interesse coletivo, nos planos económico, social e cultural.
Estes desafios configuram os fatores críticos de sucesso ou seja, a resposta positiva a cada um deles representa um contributo fundamental para a prossecução da EDL.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A formulação da estratégia DLBC para o território de intervenção fundamenta-se nos resultados do diagnóstico estratégico do território e explora os cruzamentos entre os pontos fortes e as oportunidades (vantagens competitivas), os pontos fracos e as oportunidades (necessidades de reorientação), os pontos fortes e as ameaças (as necessidades de defesa), e capitaliza o conjunto de contributos fornecidos pelos principais stakeholders ao longo de sessões de trabalho e entrevistas que animaram o período da sua elaboração.
A estratégia, constitui uma resposta integrada aos principais problemas que se colocam ao desenvolvimento do território, construída segundo uma abordagem ascendente e estratégica, com o envolvimento de uma

parceria pertinente que abrange os atores representativos dos diferentes domínios de intervenção e que combina virtuosamente os contributos dos instrumentos financeiros disponíveis - FEADER, FSE e FEDER. A vocação específica da presente estratégia para o território de intervenção exprime-se através da seguinte visão:

Visão
Um território sustentável e coeso, que valoriza os seus recursos endógenos diferenciadores em favor do desenvolvimento económico, da criação de emprego, da geração e fixação de rendimento, em perfeita sintonia com a preservação dos valores ambientais e culturais, capaz de fixar e atrair população, novos investimentos e iniciativas.

Objetivos
A formulação dos objetivos estrategicos atendeu aos resultados do diagnóstico e contributo potencial para a resposta aos desafios de desenvolvimento enunciados no quadro das prioridades de investimento estabelecidas pelo FEADER, FSE e FEDER relativamente às DLBC rurais. A apresentação síntese de cada objetivo estratégico integra uma breve descrição e justificação, os objetivos específicos associados, os contributos para resultados esperados com explicitação do instrumento financeiro mais adequado ao respetivo enquadramento:

Obj1 – Valorizar e divulgar o património ambiental e cultural da região contribuindo para o reforço da identidade das comunidades locais e para a dinamização de processos de desenvolvimento local
Valoriza o potencial de diversidade e excecional qualidade do património natural e cultural do território, em linha com o aproveitamento das oportunidades crescimento de mercado do turismo ambiental e cultural a nível internacional, proximidade a alguns destinos que já possuem visibilidade internacional e aplicação crescente das TICE na promoção de destinos turísticos e reserva de alojamentos. Contribui diretamente para os desafios sustentabilidade dos territórios rurais a abertura da região ao exterior.
Descrição
Engloba ações de preservação, de valorização e de divulgação dos recursos naturais e paisagísticos e do património cultural (material e imaterial) do território e a sua articulação com dinâmicas de desenvolvimento socioeconómico local que contribuam para a geração de valor e para o reforço da identidade das comunidades locais.

Indicadores de resultado
- nº de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros;

Enquadra os seguintes objetivos específicos
1.1. (FEDER) Proteger e valorizar o património histórico e cultural do território e promover a sua interpretação
Principais áreas de intervenção
Preservação e promoção do património histórico e cultural do território, com elevado interesse turístico, através de ações de proteção e beneficiação, sinalização, interpretação, animação e divulgação
1.2. (FEDER) Qualificar e valorizar o património natural e desenvolver suportes de apoio à sua visitação e interpretação

Principais áreas de intervenção
Requalificação de infraestruturas, ações de conservação dos recursos naturais, sinalética, trilhos, rotas temáticas, estruturas de informação e de apoio à visitação, comunicação.

Indicadores de realização
- aumento do numero esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio

1.3. (FEADER) Renovação de aldeias em territórios rurais
Principais áreas de intervenção
Renovação de aldeias, designadamente a elaboração do projeto, obras de recuperação e de beneficiação do património paisagístico e ambiental de interesse coletivo, sinalética de itinerários, elaboração e divulgação de material documental (FEADER);

Indicadores de realizacão

- nº de projetos apoiados;

Obj2- Apoiar a realização de pequenos investimentos que contribuam para o desenvolvimento da agricultura, para a transformação e comercialização de produtos agrícolas e para a diversificação da atividade económica das zonas rurais, contribuindo para o desenvolvimento das principais cadeias de valor. Valoriza o ponto forte presença no território de algumas cadeias de valor do setor agroindustrial com potencial de crescimento, de emprego e de exportação de produtos genuínos e de elevada qualidade, aproveitando o crescente reconhecimento e valorização que estes produtos têm no mercado. Este objetivo contribui diretamente para os desafios da sustentabilidade económica do território, do acesso aos mercados, do emprego e da coesão.
Descrição
Engloba projetos e ações que contribuam para a melhoria das explorações agrícolas, para a diversificação da atividade económica local, para a transformação, comercialização e produção de produtos agrícolas, para o acesso a mercados.

Indicadores de resultado
- nº de explorações ou beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização;
- nº de empregos criados através de projetos Leader apoiados;
- nº de explorações ou beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade;

Enquadra os seguintes objetivos específicos
2.1.(FEADER)-Apoiar pequenos investimentos necessários ao desenvolvimento das explorações agrícolas;
Principais áreas de intervenção
Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (até ao montante máximo de 25 mil euros) em equipamentos, pequenas construções, pequenas plantações, apoio à aquisição de equipamentos de prevenção contra roubos
2.2. (FEADER)-Apoiar investimentos na modernização de unidades de transformação e de comercialização de produtos agrícolas
Principais áreas de intervenção
Investimentos para a modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas (entre 10 mil e 200 mil euros) incluindo a construção, aquisição, locação ou requalificação de bens imóveis, equipamentos, estudos, auditorias, planos de marketing, branding
2.3. (FEADER)-Apoiar a diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas
Principais áreas de intervenção:
Investimentos na diversificação de atividades agrícolas para outras não agrícolas (entre 10 mil e 200 mil euros) incluindo projetos, remodelação e reconstrução de construções, aquisição de equipamentos, viaturas necessárias à concretização do projeto.
2.4. (FEADER) - Desenvolver circuitos curtos de distribuição e de comercialização
Principais áreas de intervenção:
Investimentos na criação de circuitos curtos de distribuição e comercialização (entre 10 mil e 200 mil euros) incluindo, nomeadamente, a criação dos circuitos, a elaboração de estudos e projetos, obras para a construção, remodelação de edifícios, outras despesas relacionadas com a atividade comercial.
2.5. (FEADER)–Promoção de produtos locais de qualidade

Principais áreas de intervenção
Desenvolvimento de atividades de informação e promoção específica dos produtos locais (entre 5 mil e 200 mil euros de investimento, 400 mil euros no caso de parcerias com mínimo de 3 produtos), nomeadamente os abrangidos por regimes de qualidade, incluindo despesas com estratégias de marketing, ações de promoção e publicidade e aquisição de serviços especializados na matéria.

Indicadores de realização
- nº de projetos apoiados;
- nº de projetos/beneficiários apoiados;

Obj 3–Promover o emprego, a empregabilidade e a coesão social
Descrição
Engloba ações que apoiam a criação de emprego a empregabilidade junto dos públicos-alvo mais afetados por situações de desemprego, de forma a combater situações de pobreza e de exclusão social.
Enfrenta diretamente duas fragilidades centrais do território, a falta de emprego e a saída da população mais

dinâmica para o exterior. Contribui direta e decisivamente para a resposta aos desafios da sustentabilidade dos territórios e da coesão.

Indicadores de resultado
- nº de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio.

Enquadra o seguinte objetivo específico
3.1. (FSE)-Promover o empreendedorismo, a criação do próprio emprego e de empresas por inativos ou beneficiários de prestações de desemprego;

Principais áreas de intervenção
Criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.

Indicadores de realização:
-nº de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego

Obj 4. Apoiar a criação do próprio emprego e a expansão de micro e pequenas empresas
Descrição
Engloba o apoio a projetos e ações que promovam o empreendedorismo, a criação do próprio emprego e a criação de novas empresas por inativos e desempregados e que contribuam para a expansão das micro e pequenas empresas locais.
Procura combater diretamente a insuficiente capacidade de empreendimento e alguns constrangimentos de investimento que se colocam ao desenvolvimento das atividades económicas locais, proporcionando condições de apoio à criação e expansão de empresas, nomeadamente dirigidas à valorização dos recursos endógenos. A sua consecução contribui para os desafios da sustentabilidade, especialmente na sua dimensão económica e da coesão.

Indicador de resultado
- nº de postos de trabalho criados

Enquadra os seguintes objetivos específicos
4.1. (FEDER) - Apoiar investimentos para a criação de atividade por conta própria, de pequenas empresas e de microempresas promovidos por desempregados ou inativos.

Principais áreas de intervenção
Despesas de investimento relacionadas com o desenvolvimento dos projetos
4.2. (FEDER) - Apoiar investimentos de expansão de pequenas e microempresas e pequenos negócios
Principais áreas de intervenção
Despesas de investimento relacionadas com o desenvolvimento de projetos

Indicadores de realização
- nº de empresas que beneficiam de apoios

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

A elaboração da EDL que agora se candidata seguiu as orientações e boas práticas preconizadas aos níveis comunitário e nacional quanto à proximidade ao território e aos seus agentes e ao envolvimento da comunidade na sua preparação. A abordagem seguida capitalizou a experiência de trabalho dos últimos anos a partir da mobilização dos contributos recolhidos junto dos promotores de projetos sobre os resultados alcançados e aspetos a melhorar. Foram, neste âmbito, realizadas (jun/14) Jornadas de Trabalho para partilha de informação e envolvimento dos agentes locais em sessões organizadas por áreas temáticas: a) diversificação economia (microempresas e agroalimentar), b) turismo (alojamento, restauração, animação, comercialização), c) património educação e cultura e d) serviços de proximidade e sociais. Estas sessões contaram com a participação de 99 promotores de projeto.
Seguiram-se outros momentos de trabalho (set/14) realizados com diversas entidades com competências em áreas chave do desenvolvimento do território, que permitiram o envolvimento de 72 organizações públicas e privadas, de acordo com guião de pontos a debater: Caraterização do setor no território, principais problemas; principais potenciais e como os desenvolver; proposta de ações a integrar na EDL.
No âmbito da parceria foram também realizadas sessões de trabalho ao nível da direção, órgão de gestão e assembleia geral, que proporcionaram uma participação ativa de todos os parceiros.
Foram ainda disponibilizados outros meios de participação nas freguesias, em eventos, encontros, feiras, que resultaram, até ao momento, em 90 contributos de propostas e de ideias de projeto a desenvolver no quadro da EDL 2014-2020.
Destes trabalhos e em canal aberto à comunidade foi feita divulgação no website e página facebook da DESTEQUE. Utilizamos ainda os órgãos de comunicação social local para promoção da participação ativa das comunidades locais na definição da estratégia.
Todo este trabalho de envolvimento e de participação ativa dos agentes locais será prosseguido na fase de execução e de avaliação da EDL. Para o efeito o GAL prevê implementar a seguinte metodologia de participação:
a)Momentos organizados de participação (Mesas participativas, Jornadas de trabalho), de âmbito temático, para agregar ideias, propostas, sugestões que possam desembocar em projetos relevantes para o desenvolvimento do território;
b) Seminários dedicados à apresentação e discussão de boas práticas de desenvolvimento local, beneficiando da experiência de outros territórios, nacionais e europeus, que possam fertilizar ideias de projeto e de ação a nível local;
c)Organização de visitas a outros territórios e contactos com outros atores devidamente selecionados de forma a estimular a transferência de boas práticas para a EDL;
d)Reuniões do Conselho Consultivo Local para obter sugestões e conselhos quanto à orientação geral a seguir pela EDL;
e)Canal aberto à comunidade (página web, facebook) com disponibilização de espaço de comunicação e interação. Este espaço é também dedicado à publicitação de resultados da EDL;
f)Momentos participação em feiras e certames com a disponibilização de espaços físicos com balcão de informações e publicitação de resultados da EDL, recursos materiais de recolha de sugestões.
Destas iniciativas serão elaborados relatórios com conclusões síntese que alimentarão a ação da parceria e a gestão da EDL de acordo com as perspetivas e anseios dos atores do território.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

Alinhamento da EDL com as estratégias nacionais e regionais relevantes
A verificação ex-ante da coerência da EDL com as principais estratégias nacionais e regionais com incidência no território de intervenção é uma condição intrínseca da qualidade da proposta que se submete em candidatura. Procedeu-se, assim, à análise da coerência da candidatura relativamente ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, ao Programa Norte 2020, à Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIM das Terras de Trás-os-Montes e à Estratégia de Desenvolvimento Integrado da região do Douro. É densa a relação entre os objetivos estratégicos da EDL e as prioridades e objetivos estabelecidos em cada um dos instrumentos referidos.

A coerência entre a EDL e o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente é bem evidente sobretudo no forte alinhamento existente entre os objetivos 1, 2 e 3 da EDL e as prioridades 1, 2, 3 e 6 do PDR, nomeadamente em matéria do apoio à inovação, a pequenos investimentos nas explorações agrícolas, a pequenos investimentos na transformação e qualificação, a investimentos de diversificação de atividades na exploração, no desenvolvimento de circuitos comerciais curtos e dos mercados locais, na promoção de produtos locais de qualidade, na renovação de aldeias, na animação do processo de desenvolvimento local e capacitação dos respetivos atores.

A coerência entre a EDL e os objetivos prioritários estabelecidos no Programa Norte 2020 é também muito consistente, com destaque para os alinhamentos entre os objetivos seguintes:
? Objetivo 1 da EDL com, principalmente, a prioridade 6 do Programa Norte 2020, no que respeita à conservação, proteção e promoção do património natural e cultural do território de intervenção e do seu aproveitamento para o desenvolvimento do turismo;
? Objetivo 2 da EDL e as prioridades 1,3 e 8 do Programa Norte 2020, nomeadamente em matérias de promoção de sinergias entre empresas e centros de I&D para aproveitamento de recursos endógenos do território, inovação social e eco inovação, para a promoção do espírito empresarial, do empreendedorismo, do desenvolvimento de novas atividades e produtos, de pequenos investimentos e empresas, da sustentabilidade do emprego;
? Objetivo 3 e 4 da EDL e as prioridades 3, 8 e 9 do Programa Norte 2020, nomeadamente em matérias de apoio à criação do próprio emprego, programas de acesso ao emprego, inclusão social e combate à pobreza, investimento em pequenas empresas;

A coerência entre a EDL e a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da CIM das Terras de Trás-os-Montes é confirmada pelo alinhamento existente entre os respetivos objetivos, nomeadamente no que diz respeito aos seguintes aspetos:
? O contributo do objetivo 1 da EDL para a consecução dos objetivos 2 e 3 da Estratégia de Desenvolvimento das Terras de Trás-os-Montes nomeadamente em matéria de valorização do património natural e cultural, da criação de rede de rotas turísticas, da promoção de eventos culturais da região, da interpretação do património;
? O contributo do objetivo 2 da EDL para a consecução dos objetivos 1,2 e 4 da Estratégia de Desenvolvimento das Terras de Trás-os-Montes, nomeadamente em matérias como a valorização económica dos recursos endógenos, o fortalecimento do setor agropecuário, florestal e cinegético, o empreendedorismo e a cooperação, a formação e a capacitação dos agentes económicos, a criação de empresas e a inovação, o desenvolvimento do turismo, o marketing territorial, a coesão territorial;
? O contributo do objetivo 3 e 4 da EDL para a consecução dos objetivos 1, 5 e 8 da Estratégia de Desenvolvimento das Terras de Trás-os-Montes, em matérias como a inclusão social, a promoção da escolarização, o empreendedorismo social e a formação profissional;

Finalmente, verifica-se também um forte alinhamento entre a EDL e a Estratégia de Desenvolvimento Integrado da Região do Douro nomeadamente no que diz respeito aos seguintes aspetos:
? O objetivo 1 da EDL com os Eixos Estratégicos 1 e 2 da Estratégia de Desenvolvimento Integrado da Região do Douro, em matérias como a proteção da paisagem e do ambiente e a diversificação de atividade económica, nomeadamente através do desenvolvimento do turismo em espaço rural;
? O objetivo 2 da EDL principalmente com o Eixo Estratégico 1 da Estratégia de Desenvolvimento Integrado da Região do Douro, especialmente em matéria de promoção da competitividade, do empreendedorismo e da inovação e do desenvolvimento das fileiras produtivas da região;
? O objetivo 3 e 4 da EDL com o Eixo Estratégico 1 e 3 da Estratégia de Desenvolvimento Integrado da Região do Douro, especialmente em matéria de inclusão social, empreendedorismo social e coesão.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

O Programa de Ação que corporiza a presente estratégia desenvolve-se de forma coerente com a estrutura de objetivos já apresentada em ponto anterior (Estratégia de Objetivos e Vocação específica DLBC). A sua construção tomou em consideração o devido enquadramento nas Prioridades de Investimento DLBC definidas no âmbito do PO Norte e do PDR 2020, conforme explicitado no convite para apresentação de candidaturas. A estratégia DLBC organiza-se de acordo com um conjunto de objetivos estratégicos que definem os Eixos que estruturam a DLBC. No âmbito de cada Eixo explicitam-se os objetivos específicos, que constituem as medidas a implementar e, para cada uma delas os resultados a alcançar conforme os indicadores e as metas propostas. Apresenta-se seguidamente uma leitura da Estratégia e do Programa de Ação segundo as Prioridades de Intervenção pertinentes para as estratégias DLBC rurais. PO NORTE 2020 PI 6c "Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural – FEDER No âmbito desta prioridade de investimento enquadra-se o Eixo da DLBC: 1 – Valorizar e divulgar o património ambiental e cultural da região contribuindo para o reforço da identidade das comunidades locais e para a dinamização de processos de desenvolvimento local Que enquadra as Medidas: 1.1. Proteger e valorizar o património histórico e cultural do território e promover a sua interpretação 1.2. Qualificar e valorizar o património natural e desenvolver suportes de apoio à sua visitação e interpretação. Os resultados a alcançar em cada medida são os seguintes: - Respeitando o pressuposto definido pelas AG, calculou-se um aumento de cem visitantes para cada dez mil euros, e uma estimativa de permanência de uma noite no território entre 50 e 75% PI 8a "Apoio ao desenvolvimento da atividade por conta própria, às micro empresas e criação de empresas e microempresas – FEDER No âmbito desta prioridade de investimento enquadra-se o Eixo da DLBC: 4. Apoiar a criação de empresas e a criação do próprio emprego e a expansão de micro e pequenas empresas Que enquadra as Medidas: 4.1. Apoiar investimentos para a criação de atividade por conta própria, de pequenas empresas e de microempresas. Apoiar investimentos de expansão de pequenas e microempresas e pequenos negócios 4.2. Apoiar investimentos de expansão de pequenas e microempresas e pequenos negócios Os resultados a alcançar em cada medida são os seguintes: - criação de 32 postos de trabalho, numa média de 1,4 posto de trabalho por empresa que beneficia de apoio. PI 8iii "Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas - FSE No âmbito desta prioridade de investimento enquadra-se o Eixo da DLBC: 3 – Promover o emprego, a empregabilidade e a coesão social Que enquadra a Medida: 3.1. Promover o empreendedorismo, a criação do próprio emprego e de empresas por inativos ou beneficiários de prestações de desemprego Os resultados a alcançar em cada medida são os seguintes: - As pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio permanecem 40% (2018) e 50% (2023) PDR 2020 Medida 10 LEADER – Desenvolvimento Rural – FEADER No âmbito desta prioridade de investimento enquadra-se o Eixo da DLBC: 2 – Apoiar a realização de pequenos investimentos que contribuam para o desenvolvimento da agricultura, para a transformação e comercialização de produtos agrícolas e para a diversificação da atividade económica das zonas rurais, contribuindo para o desenvolvimento das principais cadeias de valor Que enquadra as Medidas: 2.1. Apoiar pequenos investimentos necessários ao desenvolvimento das explorações agrícolas 2.2. Apoiar investimentos na modernização de unidades de transformação e de comercialização de produtos agrícolas 2.3. Apoiar a diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas 2.4. Desenvolver circuitos curtos de distribuição e de comercialização 2.5. Promoção de produtos locais de qualidade Os resultados a alcançar em cada medida são os seguintes: - o rácio entre o numero de projetos/ beneficiário apoiados corresponde a 1 - prevê-se a criação de 17 postos de trabalho através de projetos LEADER nas tipologias de diversificação de atividades na exploração agricola e cadeias curtas e mercados locais E ainda a Medida: 1.3. Renovação de aldeias em territórios rurais do Eixo 1 da DLBC, já anteriormente apresentado. Os resultados a alcançar em cada medida são os seguintes: - prevê-se a criação de 3 postos de trabalho através de projetos LEADER apoiados até 2018 nesta tipologia

Definição da estratégia de desenvolvimento local

Este ponto foi já objeto de tratamento no âmbito dos pontos anteriores referentes aos "objetivos e vocação específica da DLBC" e do "Programa de Ação". Ele permite no entanto reafirmar que a elaboração da presente estratégia obedeceu aos princípios orientadores das intervenções Leader nomeadamente no que respeita aos aspetos seguintes: - Promove uma abordagem ao território baseada num diagnóstico estratégico que permitiu evidenciar as principais vantagens competitivas, as necessidades de reorientação estratégica e as defesas a mobilizar para o desenvolvimento económico local, a criação de emprego, a coesão e a sustentabilidade do território; - Evidencia uma coerência com as estratégias nacionais, regionais e setoriais conforme foi apresentado na fase de pré-candidatura e mais aprofundadamente com as EIDT da NUT III, em ponto próprio da presente candidatura; - Foi construída segundo um processo aberto e participado através de um conjunto de momentos de trabalho que mobilizaram os principais atores do território representativos dos setores pertinentes; - Promove, na organização do seu quadro de objetivos, uma abordagem integrada mobilizando os aspetos mais representativos da identidade dos territórios e dos seus recursos; - Inscreve-se nos instrumentos disponibilizados pelos programas operacionais pertinentes que asseguram o enquadramento dos objetivos e medidas propostos. Em resultado deste processo destacam-se, de seguida, os objetivos estratégicos e respetivos objetivos específicos: Objetivo Estratégico 1 – Valorizar e divulgar o património ambiental e cultural da região contribuindo para o reforço da identidade das comunidades locais e para a dinamização de processos de desenvolvimento local Objetivos Específicos: 1.1. Proteger e valorizar o património histórico e cultural do território e promover a sua interpretação 1.2. Qualificar e valorizar o património natural e desenvolver suportes de apoio à sua visitação e interpretação 1.3. Renovação de aldeias em territórios rurais Objetivo Estratégico 2 - Apoiar a realização de pequenos investimentos que contribuam para o desenvolvimento da agricultura, para a transformação e comercialização de produtos agrícolas e para a diversificação da atividade económica das zonas rurais, contribuindo para o desenvolvimento das principais cadeias de valor presentes no território Objetivos Específicos: 2.1. Apoiar pequenos investimentos necessários ao desenvolvimento das explorações agrícolas 2.2. Apoiar investimentos na modernização de unidades de transformação e de comercialização de produtos agrícolas 2.3. Apoiar a diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas 2.4. Desenvolver circuitos curtos de distribuição e de comercialização 2.5. Promoção de produtos locais de qualidade. Objetivo Estratégico 3 - Promover o emprego, a empregabilidade e a coesão social Objetivos Específicos: 3.1. Promover o empreendedorismo, a criação do próprio emprego e de empresas por inativos ou beneficiários de prestações de desemprego Objetivo Estratégico 4 - Apoiar a criação de empresas e a criação do próprio emprego e a expansão de micro e pequenas empresas Objetivos Específicos: 4.1. Apoiar investimentos para a criação de atividade por conta própria, de pequenas empresas e de microempresas; 4.2. Apoiar investimentos de expansão de pequenas e microempresas e pequenos negócios. Estes objetivos estão devidamente concretizados em metas a atingir de acordo com um conjunto de indicadores objetivamente verificáveis apresentado em ponto anterior.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixo1. Medida 1.1. Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	322,00	322,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	97,00	97,00	32 167,52€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixo 1. Medida 1.2. Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	483,00	483,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	145,00	145,00	48 251,28€

99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 1. Medida 1.3. Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Projetos apoiados	10,00	10,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	3,00	300 356,04€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2. Medida 2.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	75,00	125,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na restruturação ou modernização	1,00	1,20	1 126 335,14€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2. Medida 2.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos/beneficiários apoiados	10,00	14,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na restruturação ou modernização	1,00	1,00	450 534,06€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2. Medida 2.3. Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	7,00	12,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	7,00	12,00	525 623,07€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2. Medida 2.4. Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	5,00	8,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	5,00	300 356,04€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo 2. Medida 2.5. Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	6,00	11,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	1,00	1,00	300 356,04€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Eixo 3. Medida 3.1. Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	36,00	61,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 340 313,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixo 4. Medida 4.1. Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Empresas que beneficiam de apoio	4,00	18,00	Postos de trabalho criados	5,00	25,00	361 884,60€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixo 4. Medida 4.2. Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	4,00	18,00	Postos de trabalho criados	5,00	25,00	361 884,60€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo2.Medida 2.1 Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	75,00	125,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	3,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo2. Medida 2.2 Pequenos investimentos de transformação e comercialização	Projetos apoiados	10,00	14,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	3,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Eixo2. Medida 2.5. Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	6,00	11,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	2,00	0,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Eixo 1. Medidas 2.1 e 2.2				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	0,80	1,40	0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	804 188,00€
FEADER	3 003 560,39€
FSE	1 340 313,00€
Total	**5 148 061,39€**

Pressupostos

A presente candidatura destina-se ao mesmo território e sensivelmente mesma população que foi objeto do programa anterior: - atendendo às problemáticas territoriais: património natural e cultural, valorização e dinamização das comunidades rurais, necessidade de apoiar micro/pequenas empresas, diversificação de atividades nas explorações agrícolas, comercialização e circuitos curtos, os fundos FEADER e FEDER assumem relevância particular, determinante na resposta ao desafio do desenvolvimento económico e sustentável da TQT e consequentemente ao desafio maior da demografia, - atendendo à "Performance de Execução Financeira dos GAL" no site do PRODER, que demonstra a capacidade de absorção de fundos pelo território e capacidade de gestão do GAL Desteque e do seu histórico nos quatro quadros de programação, nos quais a resposta do território ultrapassou sempre o compromisso financeiro inicial, - atendendo aos indicadores atuais de projetos e postos de trabalho e impacto gerado na economia e culturas locais, - atendendo ao número de intenções de investimento (152) mobilizadas junto dos atores durante o período de preparação da pré-candidatura, Propõe-se: FEADER: 4.326.792,47€ - o histórico indica um acréscimo 96% relativo ao programado na tipologia intervenções na exploração agrícola. (Reduziu 69%=3.003,560,39€) FEDER e FSE: 1.180.000€ FEDER e 1.800.000€ FSE (Reduziu 68% FEDER=804.188€ e 74% FSE=1.340.313€)- o histórico indica um acréscimo 26% relativo ao programado na tipologia de diversificação de atividades económicas e microempresas (com exclusão diversos CAE) e, tendo por base que, nesse mesmo período, foram criados 73 postos de trabalho. Pressupostos dos indicadores propostos por medida/objetivo: (após redução das AG) Med.1.1/Obj 1, 4% do FEDER, realização de 5 ações, investimento médio 6.433,50€, 100% meta 2018 Med.1.2/Obj 1, 6% do FEDER, realização de 5 ações, investimento médio 9.650€, 100% meta 2018 Med.1.3/Obj 1, 10% do FEADER, realização de 10 projetos, investimento médio 30.000€, 100% meta 2018 Med.2.1/Obj 2, 37,5% do FEADER, realização de 125 projetos, investimento médio 10.000€, 60% meta 2018 e 40% 2023. O histórico das ações geridas pela AG PRODER no quadro anterior refere para a TQT a aprovação na 112 do PRODER, 542 projetos e DP de 3.777.549,5€ Med.2.2/Obj 2, 15% do FEADER, realização de 14 projetos, custo médio 32.181€/projeto, 70% meta 2018 e 30% 2023. Na medida 111-C2 do PRODER foram aprovados na TQ, 5 projetos com investimento de 680.872€ para um valor de candidaturas de 1.327.793€ não aprovadas. Med.2.3/Obj 2, 17,5% do FEADER, realização de 12 projetos, custo médio 43.802€/projeto, 60% meta 2018 e 40% 2023 Med.2.4/Obj 2, 10% do FEADER, realização de 8 projetos, com investimento médio 37.544€/projeto, 70% meta 2018 e 30% 2023. Med.2.5/Obj 2, 10% do FEADER, realização de 11 projetos de investimento médio 27.300€/projeto, 50% meta 2018 e 50% 2023 Med.3.1/Objetivo complementar ao eixo 4., 100% do FSE, estimou-se a criação média de 1 postos de trabalho/projeto, valor base 22.100€/PT, que corresponde à criação de 60 PT, 70% meta 2018 e 30% 2023 Med.4.1 - 45% do FEDER, realização de 18 projetos, investimento médio 20.000€/proj, 70% meta 2018 e 30% 2023 Med.4.2 - 45% do FEDER, realização de 18 projetos com investimento médio 20.000€/proj, 70% meta 2018 e 30% 2023

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

A identificação das temáticas de cooperação resulta da vocação da estratégia de desenvolvimento local e do histórico de ações implementadas no território.
Objetivos e metas comuns: cada área temática contribuirá nas respostas aos desafios expressos na EDL sendo que o maior desafio é o da demografia: qualificar, reter e atrair população; participar da sustentabilidade do território na tripla dimensão ambiental, social e económica; promoção de redes intrarregionais e transnacionais; reforço e promoção da identidade local e regional; criação de competências no território e capacitação dos atores locais e regionais das temáticas em apreço; enquadrar as dinâmicas locais em visões construídas de fora para dentro.
Temáticas
Desenvolvimento Local, Cidadania e Participação: Animação Territorial e gestão/dinamização de patrimónios locais
reforçar, renovar e promover processos de democracia participativa e capacitação das comunidades e inovação social; reforçar atratividade dos territórios rurais pela valorização da identidade local e estímulo do sentimento de pertença nas comunidades, envolvimento ativo da população e fomento de atitude empreendedora, iniciativas na própria aldeia e nas comunidades de outros territórios/GAL parceiros, num calendário articulado de iniciativas.
Agricultura, Água, Bio territórios, circuitos curtos agroalimentares
transferência de práticas de produção e cultivo, criação de ferramentas para uso eficiente dos recursos, modernização e promoção e marketing; promoção dos produtos BIO em articulação com a promoção dos territórios e suas especificidades, "Mix Farming"– pluriatividade e diversificação de pequenas explorações agrícolas - integrar a produção vegetal, pecuária, atividades ecológicas (energias renováveis, biodiversidade) turísticas, valorização de espaços fluviais históricos e rotas de água.
Turismo - de natureza, ativo e equestre, geoturismo, acessível e inclusivo
valorização do património natural e cultural enquanto ativo do território e catalisador de desenvolvimento local e regional; consolidação da terra quente como destino de qualidade, diferenciado e competitivo; fomentar atividades de sensibilização e educação ambiental cultural; atividades de divulgação e interpretação dos patrimónios das áreas classificadas; comercialização dos produtos identitários de base local; consolidação dos parâmetros de qualidade de turismo ativo; estimulo á competitividade dos agentes de oferta turística; transferência de boas práticas a nível nacional e transnacional; promoção da eficiência energética nas Aldeias de Portugal; turismo comunitário como novo eixo da atividade turística procurando ferramentas para o desenvolvimento local, e autobeneficiação com a criação de produtos e prestação de serviços para promover o empreendedorismo social e feminino, capacitar grupos vulneráveis e incentivar a procura ativa de emprego, criação do próprio negócio e dinamizar indústrias culturais e criativas combatendo o isolamento social. Transferência de conhecimentos entre instituições; preservação, valorização, promoção e divulgação dos recursos geológicos de Terras de Cavaleiros.
Património histórico cultural e religioso
Ordens Militares e Medievalismo enquanto nicho de mercado estratégico para o território de referência; promoção de redes nacionais e transnacionais para desenvolvimento de workshops, formação, eventos; valorização do recurso enquanto produto turístico; qualificação e articulação de rotas religiosas.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

O modelo de gestão será definido de acordo com as orientações do Manual de gestão da AG.
A operacionalização do modelo de governação assenta nas estruturas de funcionamento da DESTEQUE - Assembleia Geral de Parceiros, Direção, Conselho Fiscal, Órgão de Gestão, Comissão de Acompanhamento e Conselho Consultivo (em constituição). Os órgãos sociais são eleitos em AG para o desempenho de mandatos de três anos. Todas as deliberações são tomadas por maioria, por voto simples. As competências dos órgãos estão definidas estatutariamente à exceção do OG que tem regulamento próprio. Este Órgão é assessorado por TOC e ETL, coordenada por um elemento da mesma.
A Assembleia de parceiros aprova o regulamento interno que assegura eficaz exercício de acompanhamento, monitorização e avaliação de desempenho da EDL, propõe reajustamentos à mesma e emite recomendações. Recorre a prestação de serviços externos para a avaliação da EDL, intercalar e final.

Órgão de Gestão
Foi criado com 9 entidades em 2008, tendo sido alargado para 14 entidades em 2012, cada um com direito a voto simples. A sua composição assegura a representatividade dos setores mais relevantes da EDL. Reúne regularmente a cada trimestre e extraordinariamente por exigência de implementação do Programa. O Presidente é por inerência o Presidente da Direção da DESTEQUE, assessorado pela coordenadora da ETL que participa nas reuniões sem direito a voto. Os membros ausentam-se das sessões aquando de decisão sobre projetos respeitantes ao próprio, por entidade que represente, ou com a qual tenha relação familiar ou de domínio. Atualmente e por imposição regulamentar deste aviso de concurso é composto por 7 entidades, conforme anexo. Desta imposição resultou a decisão em assembleia de parceiros de que se proceda a audição (não vinculativa) das entidades representativas dos diversos setores prévia à sessão do Orgão de Gestão.
Competências:
- representar a parceria do GAL em todas as funções inerentes à gestão da EDL
- garantir o cumprimento dos normativos e da legislação em vigor
- garantir o cumprimento das recomendações decorrentes da participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL, e se necessário proceder a alterações à mesma
- garantir de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL,
- audição prévia da parceria sobre a atribuição de apoios
- decidir sobre a atribuição de apoios em função de pareceres de avaliação técnica/ critérios previamente definidos
- decidir sobre a implementação de sistemas de controlo e de avaliação da EDL
- assegurar a segregação de funções
- participar ativamente na avaliação do desempenho e impacto da EDL

Comissão de Acompanhamento
Integram esta Comissão (em constituição) os GAL DESTEQUE, Douro Superior e CORANE e, pelas CIM Terras de Trás-os-Montes e Douro
Competências:
- articulação das estratégias locais e regionais
- acompanhamento, monitorização e proceder a recomendações de ajustamento ou outras sempre que se entenda pertinente
- participação articulada das ações de cooperação e transferência de conhecimentos e saber fazer

Equipa Técnica Local
É constituída por equipa multidisciplinar de 7 técnicos, organizada em 4 departamentos funcionais e coordenados por uma diretora de serviços:
- Oficinas de promoção do território (promoção global, turismo e agroalimentar)
- Gabinete de cooperação, inovação e comunicação
- Gabinete de projetos, desenvolvimento, acompanhamento, avaliação e controlo
- Gabinete administrativo e financeiro

Compete à coordenação:
- participar de todas as reuniões dos órgãos do GAL e fazer cumprir as suas decisões
- a afetação dos recursos materiais, patrimoniais e humanos, assegurando a segregação de funções e, reutilização dos recursos existentes, a aquisição de bens/ prestações de serviços, ou a contratação de recursos humanos, e a autorização do pagamento das despesas
- a validação dos pareceres da ETL e as propostas de atuação
- garantir o cumprimento de procedimentos técnico-administrativos na análise, acompanhamento e controlo de projetos
- orientar e dinamizar o plano de comunicação da EDL no território e no exterior
- exercer com eficácia e eficiência todas as delegações de competências emanadas da direção e órgão de gestão para elaboração e submissão de candidaturas aos instrumentos de financiamento disponíveis

Compete à ETL:
- informar e divulgar o conteúdo/ formalização e encaminhamento para os apoios disponíveis,
- analisar pedidos de apoio assegurando o cumprimento dos normativos e legislação em vigor
- acompanhar a execução dos projetos, ao nível documental físico e financeiro
- assegurar que os processos físicos estão organizados e disponíveis, conforme regulamentação em vigor
- submeter os pareceres técnicos e propostas de atuação à coordenação para validação
- cumprir os dispositivos de tratamento e verificação da documentação administrativa e financeira, nos termos da afetação de recursos definida

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

O acompanhamento e a avaliação da EDL são indispensáveis à boa gestão e ao sucesso da intervenção. Incidirá sobre a verificação do conjunto de orientações e de normativos que enquadram os processos de candidatura, de seleção e de execução dos projetos e sobre a verificação das condições de eficiência e de eficácia das ações apoiadas, com base num conjunto de indicadores de realização e de resultados que integram o dispositivo de avaliação.
O acompanhamento basear-se-á na monitorização contínua da EDL e estruturar-se-á a partir do trabalho da Equipa Técnica e da ação do Órgão de Gestão que, no âmbito das funções atribuídas, têm justamente a responsabilidade de verificar a existência de desvios, de os interpretar e de proceder à respetiva regulação. A avaliação será objeto de dois momentos de avaliação externa intercalar, a realizar em 2017 e 2019, que incidirão nas dimensões realizações, resultados alcançados e impactos esperados sobre o território, coerência com outros programas e ações em execução no território, nomeadamente com as ITIS Terras de Trás os Montes e Douro, cujos resultados poderão fundamentar eventuais reajustamentos ao programa e fornecer orientações para o seu desenvolvimento. Os resultados destas avaliações intercalares serão objeto de apresentação e discussão junto da Assembleia de Parceiros. Além da avaliação intercalar será efetuado uma avaliação final à EDL logo após a sua conclusão que se focará nas dimensões dos resultados e dos impactos sobre o território.
O acompanhamento e a avaliação da EDL serão organizados de acordo com princípios de abertura e de participação de forma a garantir o envolvimento de todos os stakeholders. Nesse sentido os momentos de avaliação intercalar serão organizados de forma a integrar momentos de trabalho dirigidos à recolha das posições dos stakeholders relativamente à EDL e à sua implementação e à obtenção de contributos para a sua regulação. Sempre que necessário serão convocadas sessões de trabalho descentralizadas, por concelho, no sentido de assegurar a participação ativa dos parceiros na avaliação da EDL. Estes momentos de trabalho deverão, em função dos temas em análise, ser abertos à participação de outros atores, nomeadamente daqueles com quem o GAL mantém relações funcionais, com vista a articular as respetivas intervenções.
Este dispositivo dará origem à produção e divulgação de relatórios de avaliação, coincidentes com os momentos da avaliação intercalar e da avaliação final, que serão alvo de apreciação pela Assembleia de Parceiros e pelo Órgão de Gestão, que consagrará uma especial atenção a esta dimensão na medida em que ela tem um papel central do ponto de vista do sucesso da estratégia.
A monitorização e avaliação da EDL serão realizadas ao nível dos diferentes órgãos que integram o modelo organizacional no âmbito das funções que lhe estão atribuídas.

Para assegurar a maior participação dos agentes do território o GAL definiu o modelo de governação assente nas estruturas de funcionamento existentes, constituindo um OG mais restrito (para cumprir com o disposto no Aviso de concurso) e alargando a representatividade de outros atores locais à participação no Conselho Consultivo.
Para garantir a operacionalização dos mecanismos de acompanhamento/avaliação cada estrutura assume as seguintes responsabilidades conforme se segue:
Assembleia de parceiros
Composta por todos os sócios da DESTEQUE, é representada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, um Vice-Presidente e um Secretário. É o órgão deliberativo, compete-lhe a eleição, admissão e exclusão de sócios. Reúne ordinariamente no primeiro trimestre do ano para deliberar sobre as contas do ano anterior (após Parecer do Conselho Fiscal) e no último trimestre para deliberar sobre o plano de atividades e orçamento do ano seguinte. Reúne extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente da Mesa ou Presidente da Direção. É responsável pela emissão de pareceres sobre a EDL a partir dos resultados da avaliação intercalar e por adotar as orientações estratégicas consideradas convenientes para reajustar eventuais desvios.
Comissão de Acompanhamento
Composta pelos GAL DESTEQUE, Douro Superior e CORANE e, pelas CIM Terras de Trás-os-Montes e Douro, assenta na articulação concertada da atuação das partes signatárias, nomeadamente ao nível de: programação articulada das atividades anuais, identificando para o efeito a intervenção de cada organização e alocação de recursos, canalizando esforços para operacionalização de intervenções comuns; monitorização conjunta, da execução dos respetivos planos de ação, de forma a introduzir os ajustes e revisões que se considerem necessários.
Conselho consultivo:
Em constituição, cuja composição a deliberar em Assembleia Geral de parceiros, no qual necessariamente

terão assento atores com relevância no desenvolvimento sustentável do território. Reúne anualmente, por convocatória do Presidente do Orgão de Gestão, e produz recomendações. Terá uma participação ativa na monitorização e avaliação da EDL, nomeadamente através do envolvimento nos momentos de avaliação intercalar e final que estão previstos. Poderá também emitir recomendações com base nos resultados disponibilizados anualmente pela função de monitorização. Terá acesso aos relatórios das ações de acompanhamento e avaliação da EDL.
Avaliação externa
Será assegurada através da contratação de serviços especializados na matéria para realizar as avaliações intercalares e final previstas, de acordo com o modelo de avaliação aprovado. Será responsável pela produção dos relatórios de avaliação e pela apresentação de propostas e recomendações ao Órgão de Gestão.
Equipa Técnica Local
Coordenada pela diretora de serviços é responsável pela execução e implementação dos mecanismos de acompanhamento e avaliação definidas pelos órgãos da estrutura, ou do que vier a ser contratualizado pelas Autoridades de Gestão. Reúne mensalmente para monitorização das atividades realizadas com base num conjunto de indicadores de realização a definir. Deverá produzir trimestralmente relatórios de execução da estratégia. Compete-lhe ainda:
a) Criar dispositivos de informação com ações de abrangência territorial, em linguagem clara e simples, utilizando grafismos apelativos, concebidos para públicos-alvo bem definidos, com recurso a materiais informativos (físicos, imateriais) e a meios eletrónicos (website e redes sociais), com atualização frequente
b) Reunir massa crítica ou mobilizar recursos para a transferência de conhecimentos e resolução de problemáticas locais de importância regional, nacional ou transnacional
c) Promover redes regionais, nacionais ou transnacionais de empreendedorismo, inovação e desenvolvimento do território
d) Gerar valor acrescentado e potenciar a complementaridade entre ações da EDL
e) Publicitar os resultados de avaliação intercalar e final da EDL

Documentos

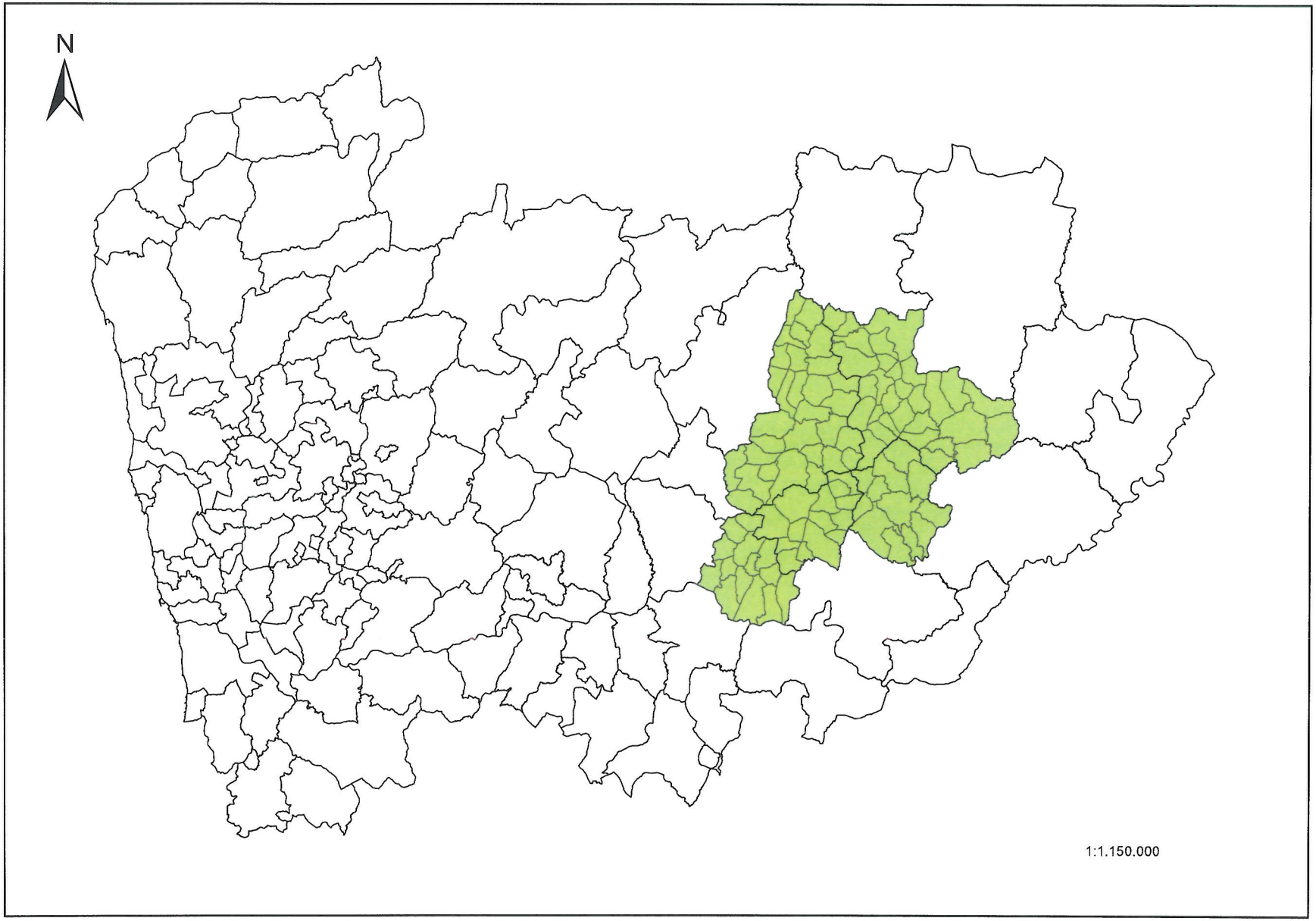
Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	Estrategia.pdf	27/07/2015 16:19	184801940
Outros	Organograma funcional GAL Desteque.pdf	27/07/2015 16:14	184801940
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-075.pdf	20/11/2015 17:15	
Outros	Listagem_Entidades.pdf	27/07/2015 16:13	184801940
Outros	Anexo_Indicadores FEDER_FSE.xlsx	09/12/2015 10:02	503022934
Outros	Areas de Cooperacao.pdf	27/07/2015 16:15	184801940
Outros	Articulacao da EDL com as EIDT NUTS III.pdf	27/07/2015 16:16	184801940
Outros	Plano acao por FUNDO.pdf	27/07/2015 15:26	184801940
Outros	Plano acao.pdf	27/07/2015 15:25	184801940
Outros	Modelo participaco ativa dos atores.pdf	27/07/2015 16:34	184801940
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-075.pdf	28/09/2015 17:00	
Outros	Pressupostos.pdf	27/07/2015 16:15	184801940
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	orgao de gestao.pdf	25/07/2015 17:56	184801940
Protocolo de parceria	Ata assembleia parceiros.pdf	25/07/2015 17:56	184801940
Outros	Listagem_atores_territorio.pdf	27/07/2015 16:13	184801940
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	estrutura tecnica local.pdf	27/07/2015 13:03	184801940
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-075.pdf	27/07/2015 16:39	184801940
Outros	Modelo de Governacao.pdf	27/07/2015 16:15	184801940
Outros	Sintese analise e diagnostico.pdf	27/07/2015 16:17	184801940
Outros	Experiencia da Parceria.pdf	27/07/2015 16:18	184801940

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	DESTEQUE-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA TERRA QUENTE	NIF	503022934
Submetido por	MARIA AURORA GOMES RIBEIRO	NIF	184801940
Data de Submissão	09-12-2015		

ANEXO 2

DLBC RURAL: GAL DESTEQUE



Território de Intervenção - DESTEQUE

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
ALFÂNDEGA DA FÉ	Alfândega da Fé	2055
	Cerejais	202
	Sambade	475
	Vilar Chão	259
	Vilarelhos	275
	Vilares de Vilariça	216
	União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	265
	União das freguesias de Eucisia, Gouveia e Valverde	357
	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	251
	União das freguesias de Gebelim e Soeima	332
	União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	216
	União das freguesias de Pombal e Vales	201
CARRAZEDA DE ANSIÃES	Carrazeda de Ansiães	1701
	Fonte Longa	301
	Linhares	421
	Marzagão	315
	Parambos	247
	Pereiros	235
	Pinhal do Norte	263
	Pombal	324
	Seixo de Ansiães	290
	Vilarinho da Castanheira	415
	União das freguesias de Amedo e Zedes	462
	União das freguesias de Belver e Mogo de Malta	433
	União das freguesias de Castanheiro do Norte e Ribalonga	519
	União das freguesias de Lavandeira, Beira Grande e Selores	447
MACEDO DE CAVALEIROS	Amendoeira	427
	Arcas	262
	Carrapatas	197
	Chacim	265
	Cortiços	296
	Corujas	168
	Ferreira	194
	Grijó	371

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Lagoa	312
	Lamalonga	402
	Lamas	278
	Lombo	346
	Macedo de Cavaleiros	6257
	Morais	644
	Olmos	208
	Peredo	258
	Salselas	386
	Sezulfe	263
	Talhas	316
	Vale Benfeito	181
	Vale da Porca	286
	Vale de Prados	431
	Vilarinho de Agrochão	235
	Vinhas	236
	União das freguesias de Ala e Vilarinho do Monte	484
	União das freguesias de Bornes e Burga	443
	União das freguesias de Castelãos e Vilar do Monte	547
	União das freguesias de Espadanedo, Edroso, Murços e Soutelo Mourisco	448
	União das freguesias de Podence e Santa Combinha	306
	União das freguesias de Talhinhas e Bagueixe	329
MIRANDELA	Abambres	347
	Abreiro	257
	Aguieiras	289
	Alvites	237
	Bouça	261
	Cabanelas	386
	Caravelas	214
	Carvalhais	1299
	Cedães	338
	Cobro	205
	Fradizela	234
	Frechas	929
	Lamas de Orelhão	394
	Mascarenhas	550
	Mirandela	11852

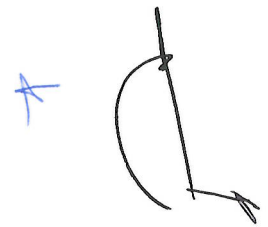
Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Múrias	281
	Passos	423
	São Pedro Velho	329
	São Salvador	223
	Suções	574
	Torre de Dona Chama	1105
	Vale de Asnes	271
	Vale de Gouvinhas	319
	Vale de Salgueiro	424
	Vale de Telhas	283
	União das freguesias de Avantos e Romeu	376
	União das freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira	531
	União das freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa	415
	União das freguesias de Franco e Vila Boa	334
	União das freguesias de Freixeda e Vila Verde	170
VILA FLOR	Benlhevai	234
	Freixiel	640
	Roios	150
	Samães	338
	Sampaio	159
	Santa Comba de Vilariça	407
	Seixo de Manhoses	469
	Trindade	162
	Vale Frechoso	189
	União das freguesias de Assares e Lodães	241
	União das freguesias de Candoso e Carvalho de Egas	272
	União das freguesias de Valtorno e Mourão	364
	União das freguesias de Vila Flor e Nabo	2413
	União das freguesias de Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas	659
	Total População DESTEQUE	**57 800**

ANEXO 3

Investimento, Ações e Metas: DLBC Rural 99-2015-02-075– DESTEQUE

PI	Fundo	Eixo/Medida	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
9.6	FSE	**8iii** b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	36	61	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	40%	50%	1 340 313,00
								Total FSE	**1 340 313,00**
	FEDER	**8a** b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Empresas que beneficiam de apoio	4	18	Postos de trabalho criados	5	25	361 884,60
	FEDER	**8a** g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.	Empresas que beneficiam de apoio	4	18	Postos de trabalho criados	5	25	361 884,60
9.10	FEDER	**6c** a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	322	322	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	97	97	32 167,52
	FEDER	**6c** b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	483	483	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	145	145	48 251,28
	FEDER		Nº Estratégias	1	1	Efeito Multiplicador do Investimento público no investimento Privado	0,8	1,4	-
								Total FEDER	**804 188,00**
								Total	**2 144 501,00**

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

DESTEQUE - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA TERRA QUENTE

Indicadores Investimento													
PO	PI/ Medida	Fundo	Tipologia	Indicador de realização				Indicador de resultado					Dotação FUNDO a contratar
				Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição		
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	75	125		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2	3			1 126 335,15
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	10	14		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2	3			450 534,06
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	7	12		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	7	12			525 623,07
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	5	8		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3	5			300 356,04
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	6	11		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1	2			300 356,04
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	10	10		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3	3			300 356,04
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas					Explorações ou Beneficiários apoiados, na restruturação	62	104			300 356,04 €
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização					Beneficiários apoiados, na modernização	10	14			
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração					Explorações ou Beneficiários apoiados	6	10			
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais					Beneficiários apoiados	5	8			
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais					Beneficiários apoiados	6	11			
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias					Beneficiários apoiados	7	7			
												Total	**3 003 560,40**